

Quase 90 dias sem respostas

A execução de Rodrigo Neto completa três meses sem uma resposta conclusiva sobre os autores do crime

IPATINGA - Mesmo ante a um anunciado esforço pela chefia da Polícia Civil mineira, além da cobrança de diversas entidades de classe e órgãos públicos, por uma investigação célere, o assassinato do radialista e bacharel em Direito, Rodrigo Neto de Faria, de 38 anos, completa neste domingo, 87 dias sem uma resposta conclusiva sobre os autores da execução. Também, há exatos 50 dias, dois homens em uma motocicleta executaram a tiros o fotógrafo freelancer do jornal "Vale do Aço" e colaborador da Perícia da Polícia Civil, Wagny Carvalho, de 43 anos.

Desde a morte de Rodrigo Neto, ocorrida em 8 de março no bairro Canaã, em Ipatinga, homens do Departamento de Investigação de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) estão no Vale do Aço para apurar a execução, que tem como suspeitos, policiais e outras pessoas que o repórter denunciava em crimes sem punição. A equipe transformou-se em força-tarefa depois que Carvalho foi executado no dia 14 de abril em Coronel Fabriciano. O Ministério Público Federal e Estadual também acompanham o caso.

A possibilidade da relação entre as mortes nunca foi descartada e há suspeita de "queima de arquivo" na morte do fotógrafo. Diferentemente do que chegou a ser publicado pela imprensa estadual, Rodrigo Neto e Wagny Carvalho não trabalhavam juntos, fazendo

apuração de crimes impunes. O contato entre eles era esporádico, em cenas de crimes, mas por sua proximidade com fontes nos bastidores da polícia, acredita-se que Carvalho tenha obtido alguma informação e, por isso, foi assassinado.

O assunto, que chegou a ganhar manchete de jornais do Brasil e do mundo caiu agora no esquecimento, dada a falta de novidades sobre o caso. Um comitê, organizado por jornalistas do Vale do Aço para acompanhar o caso, também silenciou-se.

Sempre que foi questionado sobre o assunto, o delegado-chefe do DHPP, Wagner Pinto, evitou falar em prazos para apresentar os suspeitos da execução de Rodrigo Neto, mas sempre afirmou que o caso seria apurado.

Federalização

Uma das exigências feitas por entidades quanto aos casos dos profissionais da comunicação mortos no Vale do Aço é a federalização da investigação, que chegou a ser defendida pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. Na prática, a Polícia Federal nunca entrou no caso. Os crimes contra o repórter e o fotógrafo desencadearam uma crise na segurança pública. O caso ganhou repercussão internacional e elencou o Brasil na lista dos países mais perigosos para a atividade jornalística.

No Índice de Impunidade de 2013 elaborado pelo Co-



Assassinatos de Rodrigo Neto e Wagny Carvalho completam, respectivamente, 87 e 50 dias sem respostas

mitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ), por exemplo, constatou-se que a violência contra a imprensa e a impunidade para estes crimes têm aumentado nos últimos anos no Brasil. Dez jornalistas foram assassinados desde 2010 no país, e não houve condenações em nenhum dos casos. A maioria das vítimas cobria política ou casos de corrupção, e trabalhava fora dos grandes centros urbanos do país.

Prisões

No mês de maio, um contingente de policiais civis de Belo Horizonte foi enviado à região para o cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão contra pessoas suspeitas de envolvimento em execuções ainda impunes, crimes que

eram denunciados por Rodrigo Neto, principalmente no quadro radiofônico "O que o tempo não apagou". Sete policiais foram detidos - um militar e seis civis. Um médico-legista foi solto por determinação judicial, solicitada pela própria Polícia Civil.

Paralelamente às investigações dos homicídios, a Polícia Civil também realizou mudanças nas delegacias de Ipatinga. Em abril, o chefe da Polícia Civil em Minas, Cylton Brandão, substituiu o então chefe do 12º Departamento da PC em Ipatinga, delegado José Walter da Mota Matos, pelo delegado-corregedor Elder D'ângelo. Na mesma data, a delegada Irene Angélica Franco e Silva Guimarães assumiu a 1ª Delegacia Regional da PC,

substituindo Gilberto Simão de Melo.

As mudanças foram apresentadas com a justificativa que era para marcar o começo de uma nova época da PC no Vale do Aço. As prisões, entretanto, eram de policiais citados em crimes antigos, como as chacinas de Revés do Belém, o desaparecimento de adolescentes no bairro Cidade Nova e ainda as execuções promovidas pelo "Justiceiro da moto verde", que matava pessoas envolvidas com crimes na cidade.

Vereador

Em meados de maio passado, o deputado estadual Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas

Gerais, denunciou, em pronunciamento no plenário, que o Judiciário no Vale do Aço era omissivo em relação aos crimes impunes. Lembrou que um juiz chegou a ser afastado e é investigado pela corregedoria do TJMG por venda de sentenças criminais. Sob forte reação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o Judiciário rechaçou a acusação de omissão, mas confirmou o afastamento e investigação de um juiz.

Em outro pronunciamento, a Comissão de Direitos Humanos denunciou que um esquema de corrupção na Circunscrição Regional de Trânsito de Ipatinga (Ciretran) pode ter sido a causa do assassinato do repórter Rodrigo Neto, e de Wagny Carvalho. O parlamentar apresentou, à época, dois inquéritos concluídos que mostravam, entre os indiciados, o investigador de polícia, Werley Glicério Furbino, o Ley do Trânsito, que era chefe da Ciretran antes de ser eleito vereador de Ipatinga pelo PSD. O vereador rebateu as acusações de corrupção e disse que Rodrigo Neto era seu amigo.

No dia 21 de maio, Werley, que já estava afastado de suas funções para fins de cumprimento do mandato de vereador em Ipatinga, foi removido da 1ª DRPC de Ipatinga para a 3ª Delegacia da PC em Venda Nova, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Na mesma ocasião foram removidos para outras delegacias mais sete policiais.

Reprodução de álbum pessoal